

Diretas já já

Não teremos diretas já, mas apenas diretas já já – e não só porque o Congresso é devagar

EUGÊNIO BUCCI
08/06/2017 - 12h21 - Atualizado 08/06/2017 13h08



Se eu acho que é boa a ideia de eleições diretas no Brasil, agora, urgentemente? Sim, eu acho que sim. Na hipótese de a Presidência da República ser declarada vaga, o que não é de todo improvável, o ideal é que tenhamos alguém eleito pelo voto popular para substituir o atual. É bem verdade que o mandato restante está próximo do fim (em mais de um sentido). Mesmo assim, os poucos meses que restarem para um eventual sucessor de **Michel Temer** funcionarão melhor se ele for escolhido pelo clássico sufrágio universal.

Numa democracia, nunca é demais recorrer às urnas. Eleições são boas em geral e, neste momento em particular, seriam ótimas. Mais do que isso, é no mínimo sensato torcer para que o atual ocupante do cargo se afaste. Ele, que nunca teve popularidade (embora popularidade baixa não seja fundamento para cassar mandato nenhum), agora não tem requisitos mais críticos, mais sérios e mais indispensáveis.

Para começar, falta-lhe legitimidade. Ele tem legalidade para estar onde está, mas não tem a legitimidade necessária. O modo controverso pelo qual assumiu o posto – com um processo de impeachment movido a alegações jurídicas obscuras, difíceis de explicar e ainda mais difíceis de entender – deixou em muita gente um gosto de casuísmo, de manobra ilegítima. Para piorar, o programa de governo que ele vem tentando implementar é simplesmente o oposto daquele pelo qual foi eleito como vice na chapa de **Dilma Rousseff** em 2014.

Além de legitimidade, falta sustentabilidade ao presidente. A divulgação da conversa cavernosa que ele entabulou com um dos donos da JBF, tarde da noite, nos recônditos do Jaburu, abalou o domínio que ele tinha do Congresso Nacional. Antes elogiado como um “hábil negociador”, Michel Temer, hoje, não consegue nem marcar um jantar com os parlamentares que dizem apoiá-lo.

Agora, chegamos ao fundo do poço ético: o presidente perdeu a respeitabilidade. A conversa entre ele e o delator bilionário é desmoralizante, deploravelmente desmoralizante – e é desmoralizante menos pelo que o presidente fala ou deixa de falar, e mais pelo que o presidente se submete a escutar. Em pronunciamentos oficiais logo após as denúncias, o próprio Temer confessou que teve mesmo o caviloso diálogo. Admitiu enfaticamente que ouviu o que ouviu de seu interlocutor, ao qual chamou de “falastrão”. Ora, quem ouve tudo o que ele ouviu e não toma providências – nenhuma, absolutamente nenhuma – simplesmente não impõe respeito. Esse é o problema do Brasil. O país padece porque tem um presidente que ouve tudo aquilo e não faz nada. Não se faz respeitar.

>> Mais colunas de Eugênio Bucci

A essa altura, se ele pedisse licença, fosse até a esquina e não voltasse mais, bem, não seria de todo mau. E se, na sequência, tivéssemos umas diretas básicas, realmente não seria mau. Acontece que, nesse ponto, também nesse ponto, nós estamos com um contratempo terrível. As tais “Diretas já” em trâmite no Legislativo não são exatamente para já. Mesmo que os ritos da Câmara e no Senado (que acaba de aprovar uma emenda estabelecendo eleições diretas na sua Comissão de Constituição e Justiça) transcorram em alta velocidade regimental, a coisa ainda demora. E isso, note bem o leitor, na hipótese benfazeja de que o presidente de turno se retire, o que não é improvável, mas também não são favas contadas.

Resumo da história: se tudo der certo com alguma das emendas de “Diretas já” em Brasília – e a esperança de que algo dê certo em Brasília é no mínimo uma ingenuidade cívica –, não teremos “Diretas já”, mas apenas diretas já já, e não só porque o Congresso é devagar. Depois de aprovadas por deputados e senadores, as “Diretas já” terão de esperar as providências do Tribunal Superior Eleitoral, toda aquela coisa de desenferrujar as urnas eletrônicas, sabe como é. Leva tempo.

Agora, a ironia da ironia: se tudo der completamente errado com as “Diretas já”, também teremos diretas já já, talvez só uns seis ou oito meses mais tarde. E assim vamos nós, entre as “Diretas já”, que são para daqui a pouco, e as diretas já já do calendário oficial, já agendadas para o ano que vem (caso o Brasil não acabe antes).

No mais, essa propaganda toda em torno das “Diretas já” ajuda a lavar a alma de demagogos e de cidadãos bem-intencionados. A antiga campanha das “Diretas já”, a original, de 1984, veio num tempo em que os brasileiros não votavam para presidente fazia mais de duas décadas. Estávamos sob uma ditadura. Agora o quadro é outro. Temer não é um ditador, mas, Deus do céu, como ficou desagradável. Ainda bem que teremos diretas já já.